

Conheci a Maria de Lourdes Pintasilgo no início dos anos setenta (1971, 1972...), através de uma amiga comum, a Conceição Pinto, estudante de Física que, como eu, era militante da Juventude Universitária Católica (JUC).

Viviam-se tempos difíceis, de guerra, medo, repressão, censura, mas também de uma enorme esperança de mudança. O país, após a Primavera marcelista, afundara-se num *luso cinzentismo*, animado aqui e ali pelas notícias do Ultramar que faziam adivinhar que alguma coisa estava para vir. Na ressaca de Maio de 68, a Universidade havia-se animado fortemente, com um ano de 1969 recheado de acontecimentos: luto académico em Lisboa no início do ano lectivo, crise de Coimbra no segundo período, terminando com a forte repressão ao ISCSPU¹ – onde eu estudava – no 3.º período, com a prisão de alguns colegas e a exoneração do director, Professor Adriano Moreira, que se havia *atrevido* a pôr-se do lado dos estudantes e a mobilizar grande parte do corpo docente nesse sentido.

Neste clima turbulento, alguns cristãos interrogavam-se sobre o seu papel. Nós, os que vivíamos a nossa Fé com a energia dos vinte anos, confrontávamo-nos com questões cujas respostas, sabíamos, iriam mudar a vida de cada um: como dar testemunho da Boa Nova aqui e agora? Aqui, num Portugal atormentado por um regime cruel que reprime os que cá estão e manda as novas gerações para uma guerra sem fim à vista? Agora, numa época em que o Futuro está a entrar cada vez mais depressa no presente sem pedir licença, desafiando a nossa rotina e os nossos projectos?

Foi neste contexto de procura e de empenhamento juvenil que conheci a Maria de Lourdes, num dos serões organizados pelo *Graal* em que se discutiam assuntos da actualidade religiosa, social e política.

O que desde logo me fascinou, foi a sensação de autenticidade que emanava dela: o discurso claro e rigoroso era também quente e convicto; o respeito com que escutava as pessoas, fossem elas jovens ou da sua idade, e o modo corajoso e acutilante, mas simultaneamente afectuoso, com que expressava os seus pontos de vista e partilhava as suas experiências, seduziram-me desde logo.

Várias vezes saí daqueles serões com a sensação de que ela encarnava aquele tipo de cristão, social e politicamente empenhado, que constituía uma referência obrigatória para a minha geração. Desconheço se ela tinha consciência

1 ISCSPU – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

da importância que teve para a minha formação como cidadão. Na verdade penso que não. Mas esse facto leva-me muitas vezes a pensar na enorme responsabilidade, sobretudo dos que por dever de ofício lidam com muita gente, por sermos pontos de referência dos outros (quer queiramos quer não) pelo simples facto de existirmos.

Até à revolução de 74 pouco mais a vi, limitando-me a seguir de longe as suas intervenções públicas, nomeadamente na Comissão da Condição Feminina e na Câmara Corporativa, onde teve um papel decisivo, particularmente na discussão do IV Plano de Fomento que, corajosamente votou vencida.

Mesmo à distância, durante os dois anos que precederam a revolução, a Maria de Lourdes exerceu uma influência grande na minha prática profissional, uma vez que foi através dela que ouvi pela primeira vez falar do pensamento do Paulo Freire. Terminado o bacharelato, e tendo começado a trabalhar como técnico do Centro de Acção Social Universitário (CASU) em três bairros de barracas, a filosofia e o método de intervenção de Paulo Freire foram fundamentais para o trabalho daquela organização.

Voltei a vê-la em Maio de 1974, ainda a revolução não tinha um mês de vida: tinha acabado de ser indigitada Secretária de Estado da Segurança Social quando me chamou para colaborar com ela no gabinete. Inicialmente propôs-me, com a generosidade que a caracterizava, que eu fosse desempenhar as funções de chefe de Gabinete. Respondi-lhe que só tinha experiência de trabalho social no terreno e que não me sentia com experiência de função pública nem com idade (tinha 23 anos) para aceitar o lugar, mas que teria imenso gosto em trabalhar com ela noutro papel. Riu-se, dizendo que então me iria nomear secretário.

Ainda um dia hei-de contar essa experiência de sete meses (entre Maio e Dezembro de 1974) em que trabalhámos onze horas por dia (ela trabalhava mais, pois levava sempre duas enormes pastas de despacho para casa). Para este breve depoimento, apenas conto um episódio ocorrido no meu primeiro dia de trabalho, cuja data (23 de Maio de 1974) nunca mais esqueci, pelo exemplo de integridade que ela me deu e que tem constituído uma referência em toda a minha vida profissional:

Logo na nossa primeira reunião, ao explicar-me as tarefas que ficavam à minha responsabilidade, referiu que uma delas seria a triagem do correio:

– na triagem do correio, chamo-lhe a sua atenção para uma coisa muito importante: há dois tipos de documentos que eu não quero que me cheguem às mãos – *cunhas* e cartas anónimas. Quando identificar algum desses documentos, rasga, deita fora e não me informa!

Independentemente do gozo que me deu cumprir a ordem e da alegria de trabalhar com uma pessoa que dava ordens destas, o episódio mostra bem a sua preocupação constante em embeber o quotidiano dos valores em que acreditava (sem moralismos).

A minha convivência com ela nem sempre foi fácil: era uma mulher decidida, voluntariosa e em momentos difíceis descarregava o *stress* em quem mais gostava. Mas tinha sempre a humildade de saber reconhecer os seus erros. Foi um enorme privilégio tê-la conhecido.

Hermano Carmo é Professor Catedrático da Universidade Aberta. É autor de várias obras nas áreas de Educação, Desenvolvimento e Intervenção Social.